



A INCIDÊNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

THE INCIDENCE OF THE WORK DIVISION IN STAGE SUPERVISION

**Priscila Keiko Cossual Sakurada
Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro(UERJ)**

RESUMO:

Este presente artigo tem o objetivo de tratar sobre a supervisão de estágio no processo formativo do Serviço Social. Iniciaremos com a constituição do trabalho no capitalismo e a reprodução da divisão entre trabalho manual e intelectual. Em seguida, trataremos da Supervisão de Estágio, onde, discutiremos a concepção de supervisão que se coloca na categoria, como se processa a relação entre os supervisores e quais expressões da divisão do trabalho manual e intelectual estão presentes neste momento. Por fim, entendendo que a supervisão se constitui enquanto momento de construir alternativas concretas para o fortalecimento da classe trabalhadora, traremos sugestões de como fortalecer a indissociabilidade da supervisão.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Estágio Supervisionado. Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to deal with the supervision of internship in the Social Work training process. We will begin with the constitution of labor in capitalism and the reproduction of the division between manual and intellectual labor. Next, we will deal with the Supervision of Internship, where we will discuss the conception of supervision that is placed in the category, how the relationship between supervisors is processed and which expressions of the division of manual and intellectual work are present at the moment. Finally, understanding that supervision is a time to construct concrete alternatives for the strengthening of the working class, we will come up with suggestions on how to strengthen the indissociability of supervision.

Keywords: Social Work. Professional qualification. Supervised internship. Work.

1 INTRODUÇÃO



Partindo o entendimento teórico marxista que não há indissociabilidade entre o agir e pensar, no primeiro momento nos centraremos na discussão de como se apresenta a divisão entre trabalho manual e intelectual na era flexível-neoliberal. No segundo momento trataremos sobre como o conjunto da categoria entende a Supervisão de Estágio em Serviço Social. Articulado a isso, trataremos da expressão da cisão entre trabalho manual e intelectual na supervisão de estágio a partir das falas das assistentes sociais-docentes do Rio de Janeiro. O nosso objetivo é tratar como essa questão acaba reproduzindo no Serviço Social uma divisão entre os trabalhadores.

2 A DIVISÃO DO TRABALHO NA ERA FLEXÍVEL-NEOLIBERAL

A partir do século XX o capitalismo assume sua faceta “mundializada” (CHESNAIS, 1996), que para além de ocasionar uma crescente divisão social do trabalho, também impôs uma reorganização da divisão internacional do trabalho entre as nações, que, em última instância, significa o lugar que os países irão ocupar nas relações de domínio e exploração. Daí porque há uma dupla característica do capitalismo: desigual e combinada¹ (FERNANDES, 2005; 2008).

Caracterizado pelo surgimento de novos setores de produção, novos mercados e novas formas de fornecimentos financeiros, a acumulação flexível permitiu uma rápida mudança “dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (HARVEY, 2012, p. 140), ao passo que a reestruturação produtiva incorporou o gerenciamento “just in time”, a desterritorialização da produção e busca de novos espaços territoriais de exploração da força de trabalho – principalmente em países onde as legislações são brandas ou inexistentes e que tenha uma baixa tradição de luta sindical -, acentuando, desta forma, o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (HARVEY, 2012;).

¹ A teoria do desenvolvimento desigual e combinado utilizada por Fernandes (2005; 2008) é uma contribuição teórica de Trotsky à tradição marxista, que trata sobre as formas particulares que o modo de produção capitalista assumirá nos países onde subsistem relações pré-capitalistas, denominados como países periféricos.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Ademais, ao incorporar a ideologia neoliberal², o que se viu foi uma modificação da forma como os indivíduos interpretam, vivem e entendem o mundo, atingindo diretamente a capacidade criativa do homem. Considerando que uma das características do capitalismo é a mediação do valor de troca de mercadorias (MARX, 2015), “o neoliberalismo [vai] enfatiza[r] a significação das relações contratuais do mercado. [...] procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (HARVEY, 2014, p. 13).

E isso não será diferente no campo da educação. Conforme Marx e Engels (2007), o trabalho, bem como a educação, se constitui enquanto uma atividade exclusivamente humana, isso porque, “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material” (IDEM, IBIDEM, 87).

Desta feita, “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25). Assim, a constituição do homem em homem, por meio da categoria trabalho, também dependerá da formação do homem a partir do processo educativo, isso porque, “a aprendizagem é a nossa própria vida” (IDEM, IBIDEM, 48).

Contudo, com o aprofundamento do modo de produção e reprodução capitalista por via da acumulação flexível e ideologia neoliberal, o que se verifica é a intensificação do trabalho fragmentado e seu afastamento do ato educativo enquanto conhecimento das propriedades do mundo real, seu domínio e a produção do saber (LUKÁCS, 2003; MÉSZÁROS, 2008; SAVIANI, 2011; MARX, 2008).

Com isso, o que se percebe é uma dificuldade do homem entender que seu trabalho se trata de uma atividade socialmente produzida entre homens na vida coletiva. Ao converter a exterioridade numa mera utilidade que pode ser apropriada privadamente, o que percebemos é que o homem se torna objetivo para si, ao mesmo tempo em que se torna um objeto estranho e inumano³, perdendo-se o domínio da

² A ideologia neoliberal, ainda que não tenha inaugurado determinadas perspectivas, ela colabora para a sua intensificação, ao passo que verificou-se a adoção de hábitos, padrões de consumo e circulação voltados para uma cultura do consumo onde tudo é passível de se mercantilizar (HARVEY, 2014).

³ A objetivação alienada aparece enquanto uma coisa/objeto de existência externa, “que existe fora dele [trabalhador], independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele e estranha a ele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX 2008, p. 81).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



efetividade humana no “seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto” (MARX, 2010, p. 108),

Assim, ao evidenciar a divisão entre possuidores e não possuidores de propriedade privada e o estabelecimento do controle da força de trabalho, a atividade e o resultado do trabalho realizado pelo homem no capitalismo passa a sofrer uma cisão entre “interesse particular e interesse comum” (MARX; ENGELS, 2007).

Esta cisão vai se expressar na divisão entre trabalho material e intelectual, que conforme Marx e Engels (2007) gera uma aparente divisão e fragmentação de níveis de conhecimentos na divisão de trabalho, permitindo, no modo de produção capitalista, criar uma falsa ideia de que existem diferentes níveis de conhecimentos. Ademais, essa fragmentação cria dificuldades do trabalhador se reconhecer enquanto partícipe do processo de produção, seu reconhecimento enquanto classe para si, além de reforçar a “possibilidade” da consciência se dar despartada das condições materiais de produção e reprodução social (MARX, 2015), ou seja, o agir pode se descolar do pensar.

Somado a isso, ao afirmar a existência e possibilidade de ter aqueles que “só pensam” e os que “produzem”, reforça-se que é possível à consciência se dar como apartada das condições materiais de produção e reprodução social, como se o “eu” (singularidade) não tivesse nenhuma relação e não realizasse nenhuma mediação com o “nós” (particularidade e universalidade).

Na forma particular do desenvolvimento da sociedade brasileira, essa hierarquia também será mediada arcaicamente pela elitização⁴ dos indivíduos, conferindo um certo “status” e ratificando a dominação de uma minoria em detrimento da maioria (FERNANDES, 2005; MINTO, 2014).

Contudo, se estamos tratando a atividade humana e seu produto como resultado da exteriorização prático-objetiva, não há como falar em uma divisão entre trabalho material e espiritual.

O indivíduo é o ser social. [...] A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente –

⁴ Esta particularidade é percebida na hierarquização dos trabalhadores segmentados pelos por cargos e diplomação, e na representação que determinados cargos e postos de trabalho confere dentro do imaginário da sociedade brasileira. Um exemplo disso é a conhecida frase: “você sabe com quem está falando?”.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal. Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser perante em si (MARX, 2010, p. 107).

E no que se refere especificamente a divisão dos homens por campo de atividade e especialização na divisão do trabalho capitalista, esta falsa dicotomia ganha reforço com um determinado projeto de educação, a saber: “internalizar as onipresentes pressões externas, [...] [adotando] as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais e suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Desta feita, o que verificamos é que esse processo de transformação tende a velar, de acordo com Dias (2011), a existência de um conjunto de subjetividades, historicidade e lutas antagônicas entre as classes, em que a única realidade é o mercado, “como deus *ex machina*” (p. 47). Ou seja, este projeto educacional não pode funcionar “adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

Mas contraditoriamente, no processo de mediação entre as particularidades e singularidades, esses interesses não são estáticos ou predestinados, do contrário estaríamos validando uma concepção idealista de existência da cisão entre o agir e pensar. Aqui vale pontuar que as determinações mais gerais da classe dominante necessariamente precisam contar com a adesão dos sujeitos singulares a partir das relações reais que estão inseridos e que estabelecem entre si.

Isso nos leva para a compreensão que essa adesão dependerá da “forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50) e que o leque de escolhas daqueles que se colocam contrários ao processo de dominação dependem das condições materiais e objetivas para sua organização e nas possibilidades de criar alternativas de mudanças⁵.

⁵ Esse cuidado é necessário, pois, do contrário, estaremos afastando de nossas análises que o ser social se constitui enquanto ser ativo, capaz de alterar a base de interesses hegemônicos que se fazem



Assim, considerando que há uma reprodução ideológica de cisão entre trabalho manual e intelectual no sistema capitalista, a seguir, iremos tratar sobre como se constitui a supervisão de estágio em Serviço Social, identificando quais são os aspectos desta cisão se fazem presentes na categoria.

3 A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir da década de 1990, quando a categoria profissional formula as exigências mínimas necessárias para a inserção dos estudantes nos campos de estágio (ABEPSS, 1997), o que se buscava era garantir que a Supervisão não se constituísse apenas enquanto um espaço de treinamento instrumental da força de trabalho do estudante, mas que fosse capaz de movimentar os três sujeitos envolvidos – supervisor de campo, acadêmico e estudante – para pensar formas de qualificação e intervenção alinhados com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos preconizados pelo projeto profissional hegemônico.

Ao tratar da articulação entre formação e exercício profissional, o que se propõe com a Supervisão de Estágio é a inserção do estagiário no campo, de forma a vivenciar a realidade profissional, identificando as condições objetivas em que se materializam a intervenção, construindo, juntamente com os supervisores, mecanismos de fortalecimento sistemático de alternativas de enfrentamento crítico das expressões da Questão Social e na defesa de uma intervenção profissional que supere as requisições mais imediatas e tradicionais postas ao Serviço Social.

O processo de degradação das condições de trabalho e vida que estão submetidos a classe trabalhadora no modo de produção e reprodução capitalista, que fragmenta a vida, deseconomizando, despolitizando e desistoricizando-a, vão também se refletir, como já apontado por autores da área⁶, nas políticas sociais públicas e privadas, que passam a operar por meio de setores fragmentados.

presentes na sociedade. Sociedade esta que é mediada pelo caráter contraditório entre as classes no modo de produção capitalista.

⁶ Sobre as expressões da fragmentação, mercantilização e precarização das políticas sociais sugerimos Behring (2008); Behring e Boschetti (2007); Mota (1995); Iamamoto (2011).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Partindo do entendimento que a intervenção profissional somente pode ser concebida na e sobre a realidade (GUERRA, 2011), e que a defesa de um projeto de formação exige da categoria um olhar atento de como se processa a realidade na dinâmica capitalista, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) formulou as resoluções nº 533/2008⁷, nº 572/2010⁸ e nº 582/2010⁹ e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a Política Nacional de Estágio (PNE) do Serviço Social em 2010. Dentre os objetivos destes documentos estava a criação de mecanismos legais que amparassem o estágio supervisionado em Serviço Social enquanto parte constitutiva do processo de formação profissional e enquanto atribuição privativa do assistente social.

Assim, a supervisão de estágio em Serviço Social deve ser realizada conforme preconizam as legislações vigentes¹⁰ e orientada pelo Código de Ética da Profissão de Assistente Social de 1993 na defesa de um perfil profissional crítico.

Em nossa pesquisa sobre o processo de formação do Serviço Social, juntamente com as assistentes sociais-docentes¹¹ do Rio de Janeiro que desenvolvem atividades acadêmicas no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, dentre as diversas condições de precarização e sucateamento que incide no trabalho docente e no processo formativo, houveram questões que se expressam diretamente na Supervisão Acadêmica de Estágio e que acreditamos serem dados importantes para pensarmos como fortalecer a discussão e intervenção neste momento de inserção do estudante nos campos de estágio.

Assim quando perguntamos sobre o como entendem a Supervisão de Estágio as docentes fizeram menção a importância de desenvolver atividades que busquem

⁷ Resolução que versa sobre a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

⁸ Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, que contratados sob nomenclaturas de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências.

⁹ Dentre as regulamentações que passam a vigorar está a exigência de comprovação de cumprimento do estágio curricular (Inciso III, Art. 28, CFESS, 2010).

¹⁰ No Serviço Social o processo de supervisão de estágio é orientado pela Lei nº 8.662/1993 – Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social -, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1997), Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social, pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS e pela Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o Estágio Supervisionado.

¹¹ Esta pesquisa é parte constitutiva da nossa tese de doutoramento (2018). Das 45 assistentes sociais-docentes de 8 (oito) Unidades de Formação Acadêmica (UFA) do Rio de Janeiro que responderam ao questionário, 24 profissionais se identificaram como supervisoras acadêmicas de estágio.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



instigar o debate da criticidade, investigação e proposição sobre as realidades dos espaços sócio-ocupacionais que os estudantes estão inseridos.

A partir desta resposta, perguntamos como as docentes desenvolvem a Supervisão de Estágio Acadêmica. E dentre as respostas, a maioria das docentes a estrutura em formato de disciplina com o objetivo de acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário por meio de instrumentos avaliativos como plano de estágio, diário de campo, relatórios semestrais e avaliação final. Também identificamos docentes que, mesmo desenvolvendo a supervisão em forma de disciplina, buscam constantemente realizar as atividades pedagógicas junto com os supervisores de campo por meio dos Fóruns de Supervisores, aulas nos campos de estágio e integração de supervisores de campo na execução da disciplina.

Considerando que a supervisão direta de estágio em Serviço Social deve se constituir pelo princípio da “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo” (ABEPSS, 2011, p. 13), quando analisamos o contexto em que as assistentes sociais-docentes se inserem e desenvolvem as atividades de supervisão, a partir das falas das mesmas, identificamos alguns limites que dificultam a integração destes sujeitos.

Dentre os fatores que estão ligados com a estruturação do trabalho e educação no capitalismo, temos a organização acadêmica e de trabalho das docentes, como a ausência de suporte da instituição para realizar as visitas aos campos, falta de carga horária para realizar as atividades de supervisão, elevado número de alunos sob sua responsabilidade, resistência de alguns docentes para assumir a supervisão e/ou ausência de docentes para realizar a atividade e retração no número de campos de estágio. E dentre os aspectos que envolvem diretamente a relação conjunta de Supervisão de Estágio, foram identificadas as dificuldade de estabelecer uma relação mediada dos profissionais inseridos na UFA e o campo de estágio .

Destacamos a fala de uma docente que identificou dificuldades no acompanhamento da supervisão. Conforme docente, há uma “resistência dos supervisores de campo na relação com a Universidade”.

Com base nesta fala, uma das primeiras questões que os dados nos revela é a presença de uma reprodução da divisão entre trabalho manual e intelectual, que no

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



processo formativo aparece na supervisão de estágio em casos em que os profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem do estudante desenvolvem atividades distintas, como se a mediação pudesse ser traduzida apenas no momento da elaboração dos instrumentos avaliativos ou apenas com dois dos três sujeitos envolvidos neste processo – supervisor (acadêmico ou de campo) e estagiário.

Das 24 profissionais que assumem a atividade de supervisão acadêmica, 13 informaram que mantem algum tipo de contato com o supervisor de campo, seja por meio de visitas ao campo, encontros nos Fóruns de Supervisão de Estágio ou encontros durante o semestre para debater as atividades do estagiário. Esses dados são importantes para demonstrar que, mesmo diante do processo de precarização em que estão sujeitos os dois profissionais, existem tentativas de superar esta lacuna entre academia e campo.

Outro dado que nos chamou a atenção e que está articulado com as novas configurações do mercado de trabalho, é a resistência de assistentes sociais-docentes em assumir a supervisão acadêmica. Considerando que a supervisão de estágio em Serviço Social se constitui atribuição privativa do Assistente Social, a supervisão acadêmica somente pode ocorrer se o docente possuir graduação em Serviço Social e estiver com o registro ativo no seu Conselho Regional, o que implica diretamente a necessidade de ser um profissional da área, não sendo, portanto, uma atividade que possa ser realizada por qualquer docente do curso de graduação do Serviço Social.

Para além das questões que fazem parte do processo de precarização e sucateamento da educação superior, que atinge diretamente o enxugamento do corpo docente nos cursos, devemos também nos questionar por que há uma resistência das assistentes sociais-docentes em assumir a supervisão de estágio acadêmica¹².

Isso nos leva diretamente para a discussão que a ABEPSS vem fomentando por meio da campanha “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio”, lançada na Oficina Nacional da ABEPSS realizada em novembro de 2017 em Niterói.

Conforme a ABEPSS (2017), a supervisão de estágio se constitui enquanto um momento de fortalecimento e defesa da própria profissão, devendo, para além de

¹² Entendendo o limite deste artigo e que esta discussão demandaria a análise de outros fatores que incidem diretamente a este questão, não será possível aprofundar esta questão neste momento.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



uma atribuição privativa do assistente social, ser entendida como um compromisso político, e, portanto, ser defendido enquanto um processo indissociável entre “unidade teoria e realidade” (IDEM, IBIDEM, p. 2).

A partir da campanha da ABEPSS, percebemos que as problemáticas identificadas em nossa pesquisa não se tratam de uma característica exclusiva do Rio de Janeiro, mas são percebidas também em outros estados, especificamente quando, dentre as bandeiras de luta da campanha, temos a necessidade de superar a visão reducionista do estágio supervisionado como uma mera disciplina formal do currículo, a dicotomia entre supervisão de campo e estágio, que diretamente nos leva para o que ao longo deste artigo temos tratado: a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Insistimos nesta questão porque, apesar da indissociabilidade não significar identidade (ABEPSS, 2017), o que corresponde entender que as atribuições privativas dos assistentes sociais inseridos no campo de formação e no campo de estágio não podem ser entendidas como idênticas, existem elementos que os unem: ambos são profissionais que têm suas atividades regidas por um Código de Ética e Lei de Regulamentação Profissional, conferindo uma particularidade no seu trabalho profissional.

Ou seja, ainda que os espaços sócio-ocupacionais lhes determinem atribuições que requisitem acionar distintas intervenções profissionais, ambos se encontram inseridos numa determinação que esta posta pela divisão do trabalho no capitalismo, que é a necessidade de conhecimentos específicos do Serviço Social¹³ para desempenhar suas funções. E considerando que estamos falando de dois sujeitos que fazem parte de um mesmo processo¹⁴, é preciso que estejamos atentos sobre quais bases vamos construir esta relação de indissociabilidade, garantindo assim, a defesa de um perfil crítico.

¹³ Ainda que compareçam na divisão social e técnica do trabalho uma retração de cargos de Assistente Social, o que temos observado, frente a flexibilização é a instauração de cargos genéricos, que dentre as competências temos o domínio de técnicas, teorias, instrumentos e execução/gerenciamento de funções tradicionalmente requisitadas ao Serviço Social.

¹⁴ Não estamos desconsiderando a importância do estudante no processo de estágio. Contudo, por estarmos tratando especificamente sobre sujeitos que estão na condição de supervisores, não exploraremos, neste momento, o papel que o estudante assume no estágio supervisionado.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Trazer a discussão das particularidades do profissional de Serviço Social no estágio supervisionado é pensar em alternativas concretas para superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual tão bem difundida pela ideologia dominante, que por vezes aparecem reproduzidas no cotidiano da formação profissional, especialmente quando os assistentes sociais envolvidos reforçam o distanciamento entre a Unidade de Formação e Campo de Estágio.

O papel das Unidades de Formação não deve se restringir a função atribuída pelo projeto de educação do capital, que é ser o campo de formulação teórica e de treinamento de uma mão de obra especializada em nível superior. O projeto de educação que defendemos - para dentro e fora da profissão - é de uma educação que esteja em constante articulação com a realidade cotidiana da população, que seja capaz de articular o tripé ensino, pesquisa e extensão, aproximando cada vez mais os diversos sujeitos, tornando o espaço cada vez mais democrático e plural.

Sabemos, que a categoria profissional é composta por sujeitos coletivos e não-homogêneo, em que estão presentes projetos individuais e coletivos diversos (NETTO, 2006), e que a forma como se constitui o modo de produção e reprodução social capitalista não serão resolvidos no interior – e muito menos exclusivamente – do Serviço Social.

Contudo, é imperativo que pensemos na organização do corpo profissional, superando a cisão ideológica da força de trabalho, que no Serviço Social aparece entre aqueles que estão no campo da formação e aqueles que estão no campo da execução e gestão das políticas sociais. Pois, do contrário, “o processo de debate e elaboração, investigação teórico-prática (inclusive a análise da relação entre conhecimento e formas de intervenção) (NETTO, 2006, p. 7)” continuará a reproduzir, na supervisão de estágio, a dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos em trazer a discussão sobre a incidência da divisão entre trabalho manual e intelectual no Serviço Social, primeiramente buscávamos demonstrar que, ainda que a profissão tenha incorporado o arcabouço teórico de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



perspectiva marxista e marxiana¹⁵, ela não estava imune a reprodução ideológica do modo de produção capitalista.

Desta feita, a escolha da supervisão de estágio como uma das expressões da divisão do trabalho manual e intelectual no Serviço Social se deu por considerarmos que ela apresenta uma das contradições que o modo de produção sujeita aos trabalhadores: a dificuldade de se reconhecer enquanto sujeitos coletivos.

Ao mesmo tempo, a nossa singela contribuição não tem o objetivo de individualizar o problema na figura de um determinado sujeito, pelo contrário, o que buscamos é demonstrar que as dificuldades que os profissionais – da academia e do campo – identificam, não se tratam de uma característica do Serviço Social, mas se constitui enquanto uma característica estrutural do modo de produção capitalista que é reproduzir uma falsa dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

E mais, ao trazer esta problemática, buscamos reafirmar a supervisão de estágio enquanto um espaço coletivo e propício para que os profissionais envolvidos, juntamente com o estudante, possam realizar uma sistematização do cotidiano profissional e pensar alternativas concretas, atendendo ao objetivo da formação profissional, além de fomentar este espaço como uma atividade para o Serviço Social construir alternativas, possibilitando ampliar as lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Por fim, como sugestão para o fortalecimento da supervisão de estágio enquanto processo coletivo indicamos como estratégias: a criação/fortalecimento dos Fóruns de Estágio Supervisionado; realização de eventos locais, regionais e nacionais organizados com vistas a publicizar o trabalho desempenhado na supervisão; criação/fortalecimento de núcleos locais e/ou regionais de supervisores de estágio com a participação de representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) para debater a realidade da supervisão e quais alternativas de enfrentamento são possíveis para superar o processo de precarização e sucateamento do trabalho e formação profissional, e por fim, que pensemos em momentos de

¹⁵ Por marxiana entendemos as obras originais de Karl Marx e Engels e marxistas todas as obras produzidas pelos autores que incorporaram o método e deram continuidade ao desenvolvimento da teoria marxiana.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



construção coletiva do Plano de Estágio e avaliação final por meio de encontros previamente agendado com todos os profissionais e estudantes envolvidos na supervisão de estágio.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **“Sou assistente social e supervisão estágio”**. Brasília: ABEPSS, 2017.

_____. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2011. Disponível em < <http://bit.ly/2neNjDi> > . Acesso: 10 jan 2018.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. **“Educação, luta de classe e revolução.”** *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, fev. de 2011: 43-49.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2008.

GUERRA, Yolanda Demétrio. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; Friedrich ENGELS. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política – Livro I – o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”: particularidades capitalistas e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

NETTO, José Paulo. **“A construção do projeto ético-político do Serviço Social.”** **In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. MOTA, A. E. e et al. (Org.), 1-22. São Paulo: Cortez, 2006

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2011.

TONET, Ivo. “Educação e Formação Humana.” In: *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.